

Tutor fica em prisão preventiva

O indivíduo suspeito de ter abusado e coagido sexualmente cinco alunos do centro de explicações onde exercia funções de tutor ficou em prisão preventiva, anunciou o Ministério Público. Para o deputado Lam Lun Wai, o Governo tem de equacionar a instalação de câmaras de videovigilância nesses centros, para reforçar a fiscalização. Já Wong Kit Cheng defendeu a revisão do diploma sobre a emissão de licenças e inspeções destes estabelecimentos

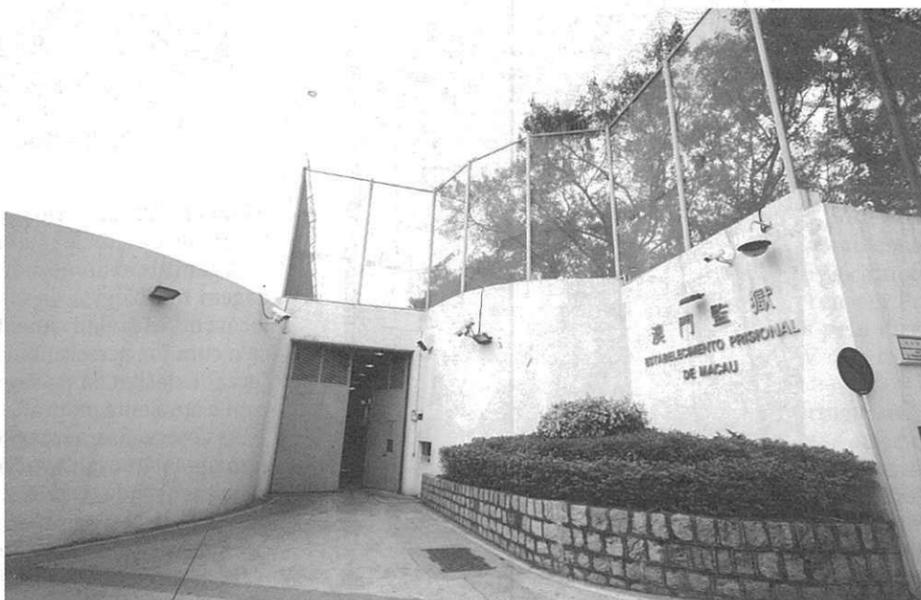


FOTO ARQUIVO

em Macau”, explicou o MP.

O mesmo comunicado refere que o indivíduo, de 35 anos e oriundo de Hong Kong, é suspeito da prática de vários crimes de violação agravada, conjugada com crimes de coacção sexual agravada.

A versão revista do Código Penal, de 2017, estabelece que as penas previstas para violação e coacção são agravadas em um terço nos seus limites mínimo e máximo se a vítima for menor de 16 anos. Neste caso, as cinco vítimas têm idades inferiores a 16 anos, sendo que quando o acto foi praticado algumas tinham menos de 14 anos. O crime de violação é punido com pena de prisão de 3 a 12 anos e o de coacção de 2 a 8 anos.

O processo retorna agora ao Ministério Público, que prosseguirá as diligências de investigação.

Uma das vítimas, de 14 anos, denunciou

a situação à Polícia Judiciária, acompanhado pelos pais. O suspeito terá aproveitado as fraquezas dos rapazes para os ameaçar e coagir a praticar actos sexuais, como masturbação e sexo oral. Tudo nas instalações do centro.

O caso determinou também o fecho do centro de explicações pela Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ), que tentou contar o dono do estabelecimento, mas sem sucesso.

EXIGIDO REFORÇO DA FISCALIZAÇÃO

Em reacção ao caso, o deputado Lam Lun Wai, da área da educação, apelou ao reforço da fiscalização dos centros de explicações, defendendo a instalação de câmaras de videovigilância. Além disso, considera necessário o Governo avaliar de forma mais rigorosa a identidade e as qualificações dos tutores dos centros.

“Neste momento, porque ambos os progenitores trabalham e os alunos sentem stress nos estudos, muitos pais resolvem enviar os filhos para centros de explicações. Têm surgido muitos centros deste género, mas a qualidade é bastante diferente”, frisou o deputado e dirigente da Federação das Associações dos Operários, citado pelo “Ou Mun”.

Segundo Lam Lun Wai, normalmente, os centros de explicações dividem-se em espaços para cuidado das crianças e apoio aos alunos na aprendizagem, no entanto, os limites não são claros e alguns até dão refeições.

“A DSEJ deve ter estatísticas sobre os tipos de centros e fazer uma categorização, ponderando se deve ou não obrigar os centros de explicações que prestam serviços além do apoio escolar a pedir licença. Ou por exemplo, se deve obrigar os tutores a entregarem registos de comportamento”, indicou.

O deputado destaca ainda que o caso serve de alerta para a sociedade, pois não se deve desvalorizar a educação sexual junto dos estudantes do sexo masculino.

Para a directora da comissão dos assuntos das mulheres da União Geral das Associações dos Moradores, o Governo deveria criar um mecanismo de fiscalização regular e eficaz, que supervise os procedimentos de contratação desses explicadores e o contexto tanto dos tutores como dos estabelecimentos. Além disso, Che Mei Leng instou as escolas a reforçarem a educação junto dos alunos sobre formas de rejeitar e resistir a eventuais abusos.

No mesmo sentido, Wong Kit Cheng, deputada e membro da Associação Geral das Mulheres, apontou para a necessidade de reforçar a fiscalização aos estabelecimentos com actividades para menores. “Os organismos de execução da lei e de licenciamento têm de fazer um trabalho de revisão para avaliar se as leis actuais têm ou não lacunas. Caso tal se confirme devem avançar com a revisão de lei de forma oportuna”, sustentou.

A DSEJ indicou que, desde 2017, realizou cerca de 1.500 vistorias a centros de explicações e abriu processos de averiguação a 24 centros de explicações, por suspeitas de infracções, nomeadamente funcionamento sem alvará e sobrelocação, entre outros.

ANIMA teme pela vida de 40 galgos

Quatro meses após o fecho do Canídro, 454 galgos continuam nas instalações, 40 dos quais estão em perigo de vida ou em sofrimento e 333 a necessitar de tratamentos imediatos, avançou o presidente da ANIMA à Lusa

Os números adiantados pelo presidente da Sociedade Protectora dos Animais de Macau (ANIMA) são vistos com apreensão pelo próprio Albano Martins que, contudo, permanece optimista num desfecho feliz para os cães já que, segundo disse à Lusa, “a partir da próxima semana vão começar a sair para adopção 20 animais por semana”.

Sobre os 404 galgos que se encontram para adopção, Albano Martins admitiu que tal não

aconteceria “em condições normais” e que muitos terão que receber tratamento veterinário nos sítios de acolhimento. Para já, enfatizou o activista, não existe outra hipótese no actual cenário: “Caso contrário, vão todos morrer nessas condições miseráveis!”.

A saída programada de duas dezenas de animais por semana tem como destino, até o final do ano, os EUA, Hong Kong e Macau e a partir de Janeiro centros de acolhimento na Europa e, numa

fase posterior, na Austrália, informou.

O caso arrasta-se há quatro meses, quando o Canídro encerrou portas e a Companhia de Corridas de Galgos de Macau, que explorava o espaço, foi acusada de abandonar 532 cães pe-

las autoridades. O Instituto para os Assuntos Cívicos de Macau (IACM) ameaçou a empresa com multas que podem atingir cerca de 53 milhões de patacas, mas até agora não existe qualquer sanção.

“A empresa [Yat Yuen] irá ser

multada de acordo com a Lei de Protecção dos Animais de Macau. A empresa já foi notificada e o valor da multa está ainda em fase de decisão”, reiterou o IACM em resposta à Lusa.

A 21 de Julho, o IACM já tinha informado que “a não reclamação [de galgos] pelo seu dono no prazo de sete dias úteis é equiparada a abandono de animal” e o abandono de cada cão é “sanccionado com multa de 20.000 a 100.000 patacas”.

De acordo com a contabilidade divulgada ontem pela ANIMA, 10 galgos morreram desde que foram abandonados no Canídro e 68 foram adoptados. Segundo o IACM, que confirma a existência de 454 galgos nas instalações, entre 15 de Outubro e 20 de Novembro foram enviados 49 cães para adopção nos EUA.

JTM COM LUSA

IACM DIZ QUE EMBALSAMENTO DE BOBO ESPALHA “MENSAGEM DE AMOR”

A ideia do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) de embalsamar o urso Bobo, que morreu na terça-feira, tem suscitado opiniões diversas, mas para o organismo é sinónimo de difusão de uma “mensagem de amor” pelos animais. O IACM defende ainda que a acção serve o fim da educação científica. Segundo o “Ou Mun Tin Toi”, Macau tem actualmente uma colecção de 380 animais embalsamados, incluindo de espécies raras. O IACM revelou que planeia construir um armazém em Coloane para colocar os animais. Alguns deputados já se manifestaram contra o embalsamento de Bobo, nomeadamente Sulu Sou e Au Kam San.